

A Experiência do Modelo Sueco Como Uma Alternativa Para a Política Macroeconômica.

Alexandre Guedes Viana (PUC-SP)
Patrícia H. Fernandes Cunha (PUC-SP)

Resumo

O objetivo deste artigo é verificar as principais características do modelo econômico adotado pela Suécia, o qual começou a ser apresentado na década de 1930 e se consolidou à partir de meados da década de 1950. Esse modelo econômico caracteriza-se por uma política econômica voltada para o mercado com um amplo grau de abertura comercial e uma política social ativa, e esta política social é caracterizada por um *welfare state* universal. Esta combinação, que é de certo modo singular e contradiz o receituário econômico convencional, se mostrou exitosa dado que o país era subdesenvolvido e agrário até o início do século XX e atingiu um elevado grau de desenvolvimento sócio-econômico desde a década de 1970. Assim, a análise da experiência sueca pode ser vista como uma alternativa para a gestão da política macroeconômica, especialmente ao se considerar a sua singularidade.

Abstract

The aim of this paper is verify the main details of the economic model adopted by Sweden, which it was presented on the 1930's and achieved its consolidation in the middle of 1950's. This economic model is characterized by an open market economy and social active policies, and the latter is characterized by a wide universal welfare state. This combination, which is singular and it is the opposite of the traditional economic recommendations, it has been successful given that the country was agrarian and underdeveloped until the beginning of 20th century and achieved a high social-economic development level on the 1970's. Afterwards, the analyses of Swedish experiment might be seen as an alternative to macroeconomic management, especially to consider its singularity.

Palavras-chaves: modelo sueco, Estado, política macroeconômica.

Keywords: Swedish model, State, macroeconomic policy.

1. Introdução

A Suécia era um país pobre e agrário até o final do século XIX, entretanto ao longo do século XX apresentou um rápido desenvolvimento sócio-econômico, o qual foi de certo modo alimentado pela consolidação industrial do país por meio de grandes empresas, especialmente ligadas à engenharia metal-mecânica. O desempenho sócio-econômico da Suécia ao longo do século XX desperta a atenção dos economistas, pois mescla uma economia capitalista e aberta ao comércio exterior com uma política social ativa caracterizada por um amplo *welfare state* universal (WHYMAN, 2003, p. 21).

Atribui-se que esse desenvolvimento econômico alcançado pelo país é fruto da introdução de um conjunto de políticas sócio-econômicas, promovidas pelo Estado, desde meados da década de 1930, com a ascensão do Partido Social Democrata (PSD) ao poder. Esse conjunto de políticas é conhecido pelos economistas, jornalistas e políticos como modelo econômico sueco, ou simplesmente modelo sueco.

No contexto do modelo sueco, as políticas sociais visam garantir um nível de qualidade de vida básico para todo cidadão, enquanto as políticas econômicas são enfocadas no mercado de trabalho e na política fiscal, com o objetivo de se alcançar crescimento econômico com estabilidade de preços. Durante as décadas de 1950 e 1960 o modelo sueco conseguiu atingir o pleno emprego, promover o crescimento à taxas consistentes e manter a estabilidade de preços. Porém, no início da década de 1970, o modelo começou a enfrentar alguns problemas, como a queda no nível do emprego industrial, a rígida estrutura da política salarial e a necessidade crescente de criação de empregos públicos. Apesar desses problemas, o modelo permaneceu firme, pois o pleno emprego, uma de suas principais características, não foi atingido.

Durante a década de 1980, a economia sueca partiu de um cenário de estagnação na primeira metade da década para um superaquecimento na segunda metade, o qual estava alicerçado na liberalização do mercado financeiro e um *boom* no mercado imobiliário. Entretanto, no início da década de 1990 ocorreu uma conjunção de fatores, entre eles a valorização da coroa sueca e uma elevada taxa de inflação, que levaram o país a enfrentar um forte ataque especulativo, o que culminou em uma severa crise econômica no triênio 1992-1994.

Com a crise o país passou a enfrentar elevadas taxas de desemprego e o Estado passou a rever alguns pontos de sua política econômica, o que incluiu um forte ajuste fiscal e uma redução no nível

de emprego público, algo que foi posteriormente revertido. Nesse momento, discutia-se que o modelo sueco estava superado e que novas alternativas deveriam ser discutidas para a gestão da política macroeconômica. Entretanto, a recuperação econômica só começou a ocorrer de forma mais sólida na segunda metade da década de 1990, e esta recuperação não ignorou os princípios do modelo sueco, tanto que o emprego público, um dos elementos do modelo, voltou a crescer.

Na década de 2000 a economia sueca apresentou um resultado expressivo, com um crescimento econômico ao redor de 3% ao ano (a.a.). Observa-se novamente que alguns dos elementos clássicos do modelo sueco, entre eles a política fiscal e a política de mercado de trabalho, permaneceram presentes.

Desse modo, considerando que apesar da crise a essência do modelo ainda se mostra como influente nas decisões da política econômica da Suécia, o objetivo deste artigo será apresentar a experiência do modelo sueco e observá-lo como uma possível alternativa para a gestão da política macroeconômica. Destaca-se que esse modelo contradiz algumas das premissas normalmente defendidas pelo receituário econômico tradicional, entre elas a premissa de que o Estado deve se concentrar basicamente nas políticas sociais e na segurança jurídica e regulatória.

Dessa forma, na seção 2 são descritas as principais características do modelo sueco, destacando-se o conceito das racionalizações produtivas como instrumento para se atingir o pleno emprego com estabilidade de preços. Observa-se que o presente trabalho reconhece o modelo R-M, elaborado pelos economistas Gösta Rehn e Rudolf Meidner, como a síntese do modelo sueco.

Na seção 3 são apresentados os indicadores da economia sueca, com destaque para o período após a crise da década de 1990, enfatizando os indicadores de crescimento econômico, inflação, resultado fiscal, emprego público e desemprego. Neste contexto, são apontados os elementos do modelo sueco identificados como presentes na política econômica pós-crise.

Aborda-se na seção 4 a experiência do modelo sueco como uma alternativa de gestão da política macroeconômica. Esse modelo seria uma alternativa ao modelo econômico Anglo-Saxão e as demais alternativas geralmente apresentadas nos manuais de Macroeconomia. Deve-se mencionar que modelos econômicos com expressivas intervenções no mercado de trabalho não são normalmente indicados pelos organismos multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Observa-se ainda que a singularidade do modelo sueco contraria, de certo modo, as recomendações do receituário econômico tradicional.

Por último, o presente trabalho se encerra com as considerações finais, as quais destacam a relevância do modelo sueco e a sua importância como uma alternativa para a gestão da política econômica.

2. O modelo sueco

2.1. Definindo o modelo sueco

O termo modelo sueco é utilizado de forma vaga e imprecisa por economistas, jornalistas e políticos desde a década de 1930. As análises destacam diferentes pontos dos aspectos econômicos e sociais do país, tais como o crescimento econômico, a constituição das políticas de *welfare* e o processo de democratização. Assim, haveria várias formas, e óticas para se analisar e entender o modelo (LUNDBERG, 1985, p. 01 – 02).

Em Svanlund (2003) há o entendimento que o modelo sueco é o fruto da combinação de políticas enfocadas no mercado de trabalho e o arcabouço institucional do país:

O modelo sueco se refere aos arranjos institucionais especiais da sociedade que são algumas vezes descritos como um caminho intermediário entre o capitalismo e o socialismo. A definição comumente usada do modelo sueco em história econômica é a de relações específicas entre organizações no mercado de trabalho que se desenvolveram desde a década de 1930. O sistema central de barganha salarial, a política de salário solidário e a baixa frequência de disputas trabalhistas são vistas como relações únicas e específicas. O termo modelo sueco é também usado para descrever as políticas gerais de bem-estar que emergiram desde a década de 1930 (SVANLUND, 2003, p. 01 – 02).

O entendimento de que a política de mercado de trabalho é um elemento de destaque na concepção do modelo sueco é corroborada por Erixon (2000):

O modelo sueco, sinônimo aqui ao modelo Rehn-Meidner, representa uma política única em combinar o pleno emprego e a igualdade com crescimento e estabilidade de preços. A combinação é atingida por uma política de salários solidários e o uso de instrumentos seletivos – primeiramente políticas de mercado de trabalho e prêmios por emprego marginal – dentro de uma estrutura de uma política fiscal geral restritiva (ERIXON, 2000, p.82).

Whyman (2003) confirma o argumento de Erixon (2000), entendendo que a base do modelo sueco é o modelo Rehn-Meidner (Modelo R-M):

Assim, com a manutenção do pleno emprego como a mais importante política pública, endossando a necessidade para um nível suficiente de demanda agregada que previna o desemprego involuntário, a carga colocada sobre o simples gerenciamento da demanda foi aliviada em parte pela introdução de uma combinação de instrumentos políticos adicionais, combinação que foi designada como modelo Rehn-Meidner, conforme os seus dois principais arquitetos, Gösta Rehn e Rudolf Meidner. Fora da Suécia ele forma a base do que nós denominamos como o ‘modelo sueco’ (WHYMAN, 2003, p. 35).

Portanto, a partir dos entendimentos apresentados, este trabalho analisará o modelo sueco como uma combinação de políticas econômicas enfocadas no mercado de trabalho e complementadas por uma política fiscal restritiva no longo prazo, o que é sintetizado pelo modelo R-M. Esta combinação ocorreu em um contexto caracterizado por instituições amplas e, centralizadas e por uma rede extensa de transferência de renda e seguridade social que objetiva assegurar uma distribuição da renda relativamente igual (CERRA E SAXENA, 2005, p.04).

2.2. Características do modelo sueco (modelo R-M)

O modelo R-M foi formalmente apresentado por meio de um relatório no Congresso da *Landsorganisationen i Sverige (LO)*¹ em 1951 com o título “*Trade Unions and Full Employment*”². A opinião comum entre economistas e políticos daquele momento era que haveria um dilema entre inflação e pleno emprego, pois ambos seriam objetivos conflitantes. Os economistas ligados a LO³ apresentaram, por meio deste relatório, um modelo econômico como uma alternativa para resolver este dilema, considerando como premissa que o pleno emprego era uma condição imperativa para a força do movimento sindical. A análise do *trade-off* entre o pleno emprego e estabilidade de preços foi o ponto de partida, e acabou por se tornar a parte central do modelo sueco (MEIDNER, 1993, p.213).

O modelo R-M rejeita um conceito de uma curva de Philips rígida, uma vez que se buscava o pleno emprego com baixas taxas de inflação. Entendia-se que se esta combinação fosse atingida seria possível se obter aumentos salariais e um rápido crescimento econômico (HJALMARSSON, 1990, p. 276).

¹ Confederação sueca dos sindicatos.

² O título original em sueco é *Fackföreningsrörelsen och den fulla sysselsättningen*, e a versão em inglês foi publicada em 1953.

³ Rehn e Meidner são os economistas que se destacaram na elaboração e defesa dos objetivos apresentados pelo relatório *Trade Unions and Full Employment*. Rudolf Meidner (1914 - 2005) foi o economista chefe do Departamento de Pesquisa Econômica da Organização do Trabalho Sueco e Gösta Rehn (1913 – 1996) foi o mais destacado economista deste departamento. Rehn trabalhou como um especialista no comitê que formulou o movimento trabalhista sueco no programa do pós-guerra em 1944. Tanto Rehn quanto Meidner possuíam respeito no meio acadêmico e participaram ativamente na formulação da política econômica sueca nas décadas de 1950 e 1960 (ERIXON, 2000, p. 07).

Erixon (2000) argumenta que o modelo R-M defende um gerenciamento prudente da política fiscal e a utilização adequada de medidas no mercado de trabalho, o que desencadearia uma série de movimentos na economia, os quais permitiriam ao final que o país atingisse o pleno emprego com uma inflação baixa. A política fiscal funcionaria no sentido de não permitir que a economia ficasse superaquecida, e assim evitaria o surgimento da inflação. E para se atingir o pleno emprego seria utilizada uma forte política enfocada no mercado de trabalho.

A análise do modelo R-M enfoca que o gerenciamento da demanda, por meio da política fiscal, permitiria atingir o pleno emprego na maioria dos setores eficientes da economia. Entretanto, esse gerenciamento da demanda deveria atingir um ponto inferior ao pleno emprego na economia como um todo (WHYMAN, 2003, p.36). Rehn-Meidner entendiam que os lucros excessivos funcionariam como um elemento relevante para a aceleração inflacionária. O intuito da política fiscal seria reduzir a inflação, por meio de uma política tributária que pressionaria a lucratividade das empresas. Os altos lucros estimulariam os trabalhadores das empresas eficientes a demandarem aumentos salariais. Os trabalhadores dos setores menos eficientes, visualizando o ganho desse grupo de trabalhadores, também solicitariam aumentos salariais, o que impactaria o custo das empresas e tenderia a gerar pressões inflacionárias (ERIXON, 2000, p.13).

A política fiscal restritiva também teria o papel de funcionar como instrumento de apoio para o crescimento econômico. A idéia seria que a pressão exercida sobre a lucratividade das empresas incentivaria medidas no sentido de se aumentar a produtividade. As empresas para elevarem a produtividade promoveriam medidas que afetariam a estrutura produtiva do país (WHYMAN, 2003, p.37). Esta transformação estrutural seria benéfica para se obter o crescimento econômico (ERIXON, 2000, p.14), o qual é um fator importante para a geração de empregos, especialmente ao se analisar a economia no médio e longo prazo.

Apesar do importante papel da política fiscal, a principal ferramenta do modelo R-M é a política de mercado de trabalho. De uma forma geral se observa quatro conjuntos de políticas de mercado de trabalho dentro do modelo R-M: (i) políticas de demanda; (ii) políticas de oferta; (iii) políticas de compatibilidade; e (iv) políticas de salário solidário. Nesses quatro conjuntos de políticas ressalta-se a presença do Estado no sentido de atingir a meta principal do pleno emprego.

Como políticas de demanda existem os programas especiais de serviço público e subsídios para as empresas empregarem mais trabalhadores. Do lado da oferta, identifica-se a redução dos custos de informação para procura de empregos, os subsídios para os trabalhadores se mudarem para outras

regiões e os programas de treinamento adequando a mão-de-obra às necessidades do mercado (WHYMAN, 2003, p. 38).

As ações de compatibilidade possuíam como principal elemento os centros de emprego. Esses centros de emprego funcionariam como uma agência de emprego que procuraria vagas adequadas às qualificações técnicas dos trabalhadores. A informação deveria ser centralizada pelo serviço público, assumindo como premissa que seria mais eficiente e menos dispendioso um sistema unificado que coletasse todas as informações de vagas disponíveis nas empresas e compatibilizasse com os desempregados inscritos (HJALMARSSON, 1990, p. 277 – 278).

Por último destaca-se a política de salário solidário, a qual apresenta as características mais singulares dentre as políticas do modelo R-M (ERIXON, 1997, 2000, 2005; SVANLUND, 2003; HÖGFELDT, 2004; EKLUND, 2001). A primeira proposta de uma política de salário solidário é anterior à formalização do modelo R-M, e foi apresentada em um congresso da LO em 1936, com a defesa de um salário igual para serviços iguais, independente da lucratividade ou capacidade da empresa pagar (WHYMAN, 2003, p. 39 – 40). As empresas deveriam competir entre si por meio da produtividade e não por meio de reduções de custos com mão-de-obra. Contudo, o modelo não sugere uma equalização geral dos salários, mas sim uma meta de redução das diferenças salariais, o que tenderia a melhorar a distribuição de renda e assim se tornaria um aspecto benéfico para o crescimento econômico no longo prazo.

O benefício mais destacado na aplicação da política de salário solidário seriam os ajustes estruturais na economia (WHYMAN, 2003, p.41). A redução das diferenças salariais tenderia a diminuir os conflitos entre os diferentes tipos de trabalhadores e consequentemente se conseguiria reduzir a desigualdade na distribuição de renda. A “padronização” dos salários proporcionaria custos elevados para algumas empresas e reduzidos para outras, influenciando em mudanças estruturais na economia, pois as empresas com custos elevados tenderiam a sair dos negócios. Assim, os recursos que ficassem disponíveis em razão do processo de racionalização migrariam para as empresas lucrativas dos setores dinâmicos. (ERIXON, 2000, p. 15)

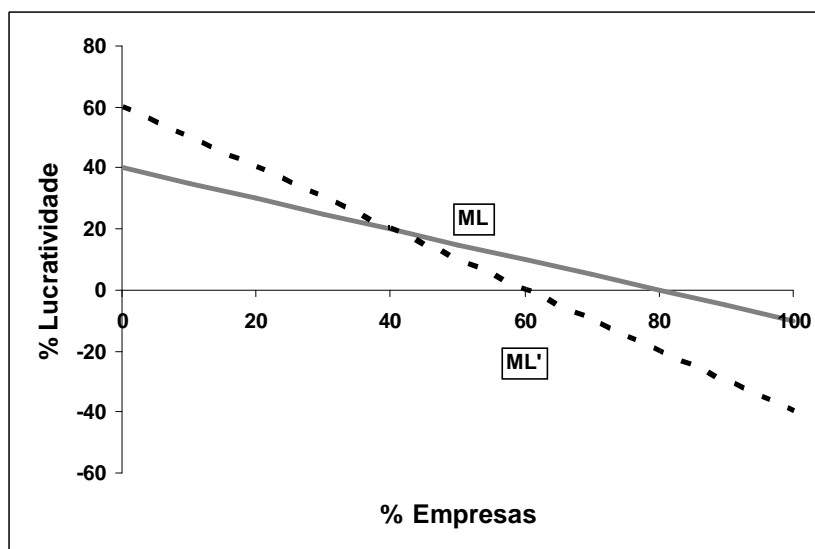


Figura 1 – Salários solidários, margens de lucro e percentual de empresas.

A Figura 1 demonstra a lucratividade das empresas com uma política salarial livremente definida pelo mercado (reta ML) e com uma política de salário solidário (reta ML'). Esta figura expressa a idéia da migração dos recursos para os setores mais dinâmicos da economia por meio das margens de lucro (ML) e o percentual de empresas em cada margem de lucro. Assim, a reta ML evidencia um menor número de empresas que trabalham com margens de lucro negativas (prejuízos), do que a reta ML'. As empresas cujos salários definidos são superiores aos inicialmente pagos têm as suas margens de lucro reduzidas e as empresas na situação oposta aumentam suas margens de lucro. O ponto onde as retas se cruzam é aquele no qual o salário definido pela política de salário solidário é igual ao salário inicialmente pago. Desse modo, o conceito existente no modelo R-M é de que com uma política de salários solidários haveria uma redução do número de empresas lucrativas, e com isto se induziria um processo de racionalização na produção com a migração de recursos para os setores dinâmicos da economia.

A racionalização da economia permitiria maiores níveis de produção e consequentemente seriam necessários novos mercados consumidores para a absorção desses produtos. A internacionalização da economia, por meio de empresas exportadoras, seria importante para o processo de obtenção de divisas fortes e para a expansão da economia como um todo. Os processos seriam retro-alimentadores, pois a racionalização expandiria os níveis de produção, a qual seria absorvida pelo mercado mundial, e as divisas obtidas por essas exportações permitiriam novos investimentos e incrementos no processo de racionalização.

A grande preocupação dos autores do modelo R-M com a racionalização deve-se ao entendimento que só seria possível se elevar os salários reais no longo prazo se ocorresse ganhos de produtividade, pois caso contrário os aumentos salariais provocariam inflação:

É um fato geralmente aceito que o aumento total dos salários em um país não pode, no longo prazo, diferir apreciavelmente do aumento da produção na indústria como um todo. [...] As políticas salariais podem então ser usadas para se estabilizar salários; mas se os salários de todos os trabalhadores aumentarem mais rapidamente que o aumento da produtividade, então os preços tendem a subir. Uma tendência inflacionária nos preços provocada por rápidos aumentos de salários deveria, se possível, ser evitada, pois isto poderia perturbar a economia, que provavelmente, em vista disto, teria a produtividade tolhida (MEIDNER et al., 1953, p. 34).

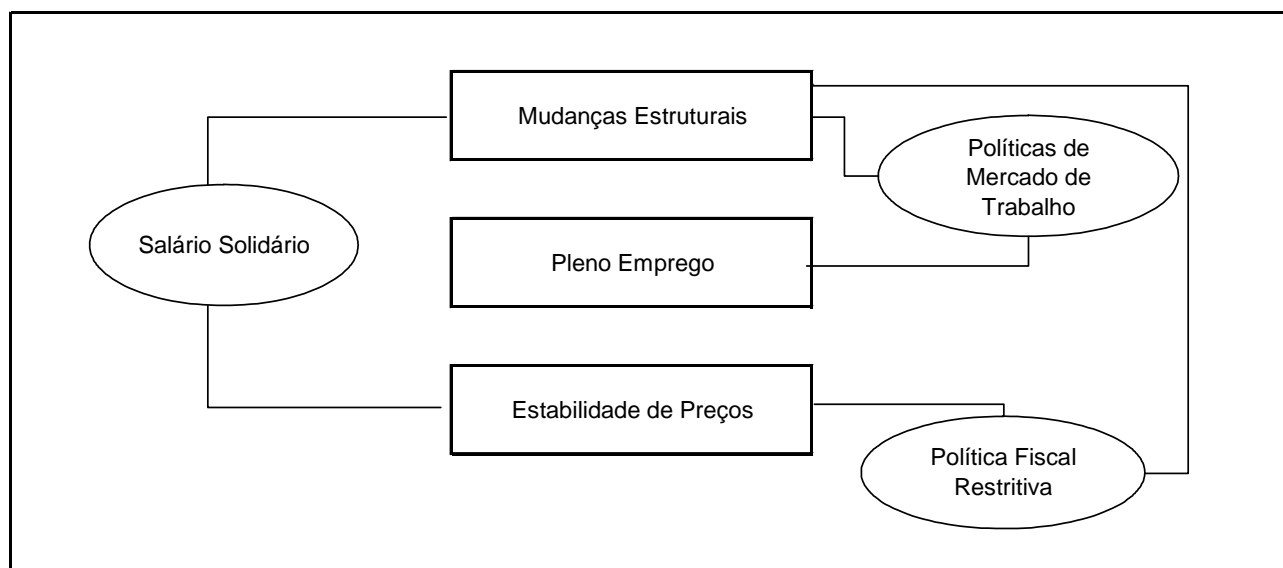


Figura 2 – Síntese do modelo sueco (modelo R – M)

A Figura 2 evidencia a síntese do modelo, na qual cada elemento necessita ser considerado como parte de um conjunto integrado de medidas. Portanto, o modelo deve ser visto como um todo, não sendo possível segregar um dos elementos e considerar a sua aplicação individualizada, dado que cada medida possui objetivos múltiplos (ERIXON, 2000, p. 20; WHYMAN, 2003, p.52). Todavia, ressalta-se que o objetivo principal do modelo foi atingir o pleno emprego, sem desprezar a estabilidade de preços (MEIDNER, 1993, p. 214).

3. Indicadores da economia sueca

Para se verificar os efeitos práticos da aplicação do modelo sueco, deve-se analisar os principais indicadores macroeconômicos. Neste trabalho são comentados os dados de crescimento do PIB, produtividade, resultado fiscal, inflação e desemprego. Esses dados são apresentados a partir da década de 1950, momento em que se inicia de forma mais clara a aplicação do modelo R-M.

No período 1950-1969 os indicadores de crescimento econômico, produtividade, inflação e desemprego apresentaram resultados robustos. A taxa de inflação média no período situou-se ao redor de 4% ao ano e o desemprego abaixo de 2%. O crescimento econômico no período também foi acelerado, e ficou ao redor de 3,3% a.a. na década de 1950 e de 4% a.a. na década de 1960. A combinação de baixas taxas de inflação e desemprego com crescimento econômico consistente evidencia que os principais objetivos do modelo R-M foram atingidos no período.

Tabela 1 – Indicadores macroeconômicos da economia sueca

		1950-59	1960-69	1970-79	1980-89	1990-99	2000-06
Crescto. PIB	(1)	3,3	4,4	2,4	2,3	1,6	2,9
Produtividade	(2)	4,0	4,0	2,7	1,1	2,3	2,5
Resultado Fiscal		2,7	-1,4	-3,3	2,0
Inflação		4,3	3,8	8,6	7,9	3,2	1,4
Desemprego	(3)	..	1,7	2,1	2,5	6,2	4,9

Fontes: STATISTICS SWEDEN, 2008; Krantz e Nilsson apud SÖDERSTEN, 1990, p.33.

Notas: ¹Os valores para a década 1950-1959 refletem apenas o período 1951-1959.

²Os valores para as décadas 1950-1959 e 1960-69 refletem os dados contido em Krantz e Nilsson apud SÖDERSTEN, 1990, p.33, para o período 1950-1970. A partir da década de 1970 os dados refletem a produtividade por hora trabalhada contida em STATISTICS SWEDEN, 2008.

³Os valores para a década 1960-1969 refletem apenas o período 1963-1969.

Entretanto, a partir da década de 1970 a economia sueca passou a enfrentar problemas com destaque para o arrefecimento do crescimento econômico, um fenômeno que também afetou as demais economias industriais. Esse arrefecimento do crescimento, no caso sueco, originou-se da pressão interna de custos (em especial a elevação do custo da mão-de-obra) e da recessão mundial, a qual teve como uma de suas principais origens o primeiro choque do petróleo.

Assim, em meados da década de 1970 a economia sueca passou a enfrentar pressões de custos crescentes, algo que veio a atrapalhar o dinamismo da economia e o crescimento econômico. Uma das principais origens dessas pressões foi a elevação ao redor de 38% do custo salarial por hora no biênio 1975-1976 (ÖBERG, 2006, p.02), o qual foi fruto da negociação entre as indústrias e os sindicatos. Observa-se que o arrefecimento do crescimento econômico na década de 1970 foi acompanhado de uma expressiva elevação da taxa de inflação, a qual apresentou uma variação média de 8,6% a.a. no período 1970-1979 face uma variação média de 3,8% a.a. no período 1960-1969.

A elevação das taxas de inflação na década de 1970 reflete uma combinação de problemas na economia, destacando os mencionados aumentos dos custos de mão-de-obra e do petróleo no mercado internacional.

As taxas de inflação se situaram em patamares expressivamente mais altos nas décadas de 1970 e 1980. Na década de 1970 a taxa média foi de 8,6% a.a., ou seja, mais do que o dobro da taxa registrada na década de 1960. Na década de 1980 a inflação permaneceu elevada, algo que está relacionado vinculado na primeira metade da década com as constantes desvalorizações cambiais promovidas pelo *Riksbank*⁴ que visavam manter a competitividade das exportações do país. Na segunda metade da década de 1980 a pressão inflacionária foi em muito alimentada pelo aquecimento da economia, o qual foi motivado pelo *boom* no mercado imobiliário. Esse *boom* imobiliário foi em grande parte sustentado pelo processo de desregulamentação financeira promovida entre 1986 – 1990.

Assim, a economia sueca permaneceu relativamente aquecida na segunda metade da década de 1980, porém o crescimento médio foi de 2,3% a.a., uma taxa inferior a registrada nas décadas de 1960 e 1970. A produtividade também apresentou uma baixa taxa de crescimento, ficando um pouco acima de 1% a.a. Isto seria uma forte evidência de que a economia sueca apresentava problemas estruturais após a bonança do período 1950 – 1970, o auge do modelo sueco.

Entretanto, apesar da queda do crescimento do PIB ao se analisar o período 1971-1990 em relação comparação ao período 1960-1970, o pleno emprego – a principal meta do modelo sueco – continuou a ser atingida. A taxa de desemprego média do período 1963-1970 foi de 1,7% a.a., inferior a taxa média de 2,1% e 2,5% a.a. registradas entre 1971-1980 e 1981-1990, respectivamente (STATISTICS SWEDEN, 2008).

Pode-se dizer que o modelo R-M atingiu os seus principais objetivos durante o período 1960-1990, uma vez que a Suécia equilibrou os níveis de inflação e desemprego:

Em termos das variáveis econômicas chaves, a economia sueca também se desempenhou admiravelmente. *The Economist*⁵ afirmou que a Suécia atingiu “um dos melhores *trade-offs* entre desemprego e inflação de qualquer economia industrial”. O desemprego permaneceu

⁴ *Riksbank* é a denominação do Banco Central da Suécia, o qual foi fundado em 1668. Ele foi estabelecido como resultado de uma crise no *Stockholm Banco*, o qual veio a falir e neste episódio milhares de suas notas estava em circulação, o que demandou na época, uma intervenção da coroa sueca e a consolidação de um Banco Central para se evitar uma forte crise no país. Ao ser criado, o *Riksbank* recebeu a atribuição de gerenciar as notas e o dinheiro que estava em circulação, mas apenas em 1904 passou a ter o monopólio sobre a emissão da moeda.

⁵ *The Economist* é uma tradicional revista inglesa de circulação semanal com enfoque em economia, política e negócios.

baixo, enquanto as taxas de inflação certamente não foram piores do que a média dos países da União Européia (WHYMAN, 2003, p. 50).

Contudo, a Suécia enfrentou no início da década de 1990 a sua mais forte recessão desde a Grande Depressão. O PIB apresentou uma queda de aproximadamente 4% entre 1991-1993, e a produção industrial caiu ao redor de 15% no mesmo período (LINDBECK, 1997, p.1304). A forte recessão pressionou as finanças públicas tanto do lado das receitas quanto do lado das despesas. A recessão diminuiu a arrecadação fiscal devido, a menor base tributável, e as despesas se elevaram graças ao aumento do número de pedidos de seguro desemprego e de outras demandas sociais garantidas pelas políticas de “*welfare state*”. Nesse cenário, o setor público e a iniciativa privada se viram obrigados a cortarem custos, o que incluiu o corte de postos de trabalho. Os dados da Tabela 2 apontam que entre 1990 e 1995 desapareceram ao redor de 492 mil empregos, destes 97 mil no setor público e 395 mil na iniciativa privada.

Com a supressão de postos de trabalho, também por parte do Estado sueco, as taxas de desemprego se elevaram abruptamente, atingindo 5,2% no ano de 1992 (STATISTICS SWEDEN, 2008), a maior taxa desde a II Guerra Mundial. A situação se agravou ainda mais no ano seguinte, com o desemprego atingindo 8,2% (STATISTICS SWEDEN, 2008). Observa-se que o nível de desemprego começou a apresentar redução apenas em 1994, destacando que apenas após o ano 2000 a taxa de desemprego se situou ao redor de 5%.

Tabela 2 – Emprego Público e Privado (milhares de pessoas), 1965-2003

Ano	Setor Público		Setor Privado	
	Empregos	Variação	Empregos	Variação
1964 (base)	498	0	3.091	0
1965	546	48	3.121	30
1970	776	278	3.041	-50
1975	1.015	517	2.980	-111
1980	1.270	772	2.869	-222
1985	1.383	885	2.844	-247
1990	1.435	937	3.043	-48
1995	1.338	840	2.648	-443
2000	1.352	854	2.799	-292
2003	1.444	946	2.784	-307

Fonte: CONFEDERATION OF SWEDISH ENTERPRISE, 2006, p.22.

Como resposta a crise adotou-se uma série de políticas pró-mercado, as quais visavam diminuir o tamanho do Estado na economia. Primeiramente se adotou o sistema de metas de inflação, no qual o *Riksbank* passou a ter como único objetivo a estabilidade de preços, deixando para segundo plano aspectos como o nível de renda ou a competitividade das exportações via gerenciamento da taxa de câmbio (HEIKENSTEN; VREDIN, 2002, p.05). Apesar das críticas sobre o impacto da adoção do regime de metas de inflação sobre as taxas de desemprego, constatou-se uma expressiva redução dos índices de inflação. Na década de 1980 a taxa média de inflação foi de 7,9% a.a., enquanto na década de 1990 a taxa média de inflação foi de 3,2% a.a. (STATISTICS SWEDEN, 2008).

Complementarmente ao sistema de metas de inflação realizaram-se privatizações nos serviços de telefonia e energia elétrica, além da promoção de uma ampla reforma nos serviços de *welfare state*, com a introdução de *vouchers* para os serviços de educação e saúde. Por meio deste sistema de *vouchers* as pessoas passaram a escolher as escolas de seus filhos e os médicos que frequentarão e deixaram de ser obrigados a utilizarem os pontos de serviços mais próximos de sua residência (BLOMQVIST, 2004).

As medidas surtiram efeito, uma vez que a economia voltou a crescer de forma mais expressiva ao longo da segunda metade da década de 1990. Entre 1995-1999 o crescimento médio do PIB foi de 3,15% a.a. (STATISTICS SWEDEN, 2008), apesar disto o desemprego permaneceu elevado para os padrões históricos suecos, se situando ao redor de 7% neste período (STATISTICS SWEDEN, 2008).

Entre 2000 e 2006 ocorreu à consolidação da recuperação econômica, com o PIB apresentando um crescimento médio de 2,9% a.a.. Este crescimento econômico se refletiu em redução do desemprego, o qual se situou em 4,9% neste período, sendo esta uma taxa mais próxima da registrada no período 1950-1990 (STATISTICS SWEDEN, 2008).

Apesar das mudanças na política econômica após a crise da década de 1990, a Suécia não abandonou o modelo sueco (modelo R-M). Erixon (2000, 2005) entende que o modelo R-M continua em vigor na Suécia, dada a presença do Estado no mercado de trabalho, o que seria uma forte evidência dos princípios do modelo. Outro ponto a se ressaltar é que o combate à inflação era um dos principais objetivos do modelo, algo que possui um forte destaque na política econômica atual por meio da adoção do regime de metas de inflação. Erixon (2000) ainda menciona que a rigidez fiscal dos últimos anos não estaria em desacordo com o funcionamento básico do modelo.

Outra evidência da permanência da essência do modelo sueco são os baixos níveis de desemprego em relação ao registrado nos EUA e no EU-15⁶. Entre 2000-2006 a taxa média de desemprego sueca foi de 4,9%, enquanto no EU-15 e nos EUA a taxa média registrada no período foi de 7,8% e 5,1%, respectivamente (STATISTICS SWEDEN, 2008).

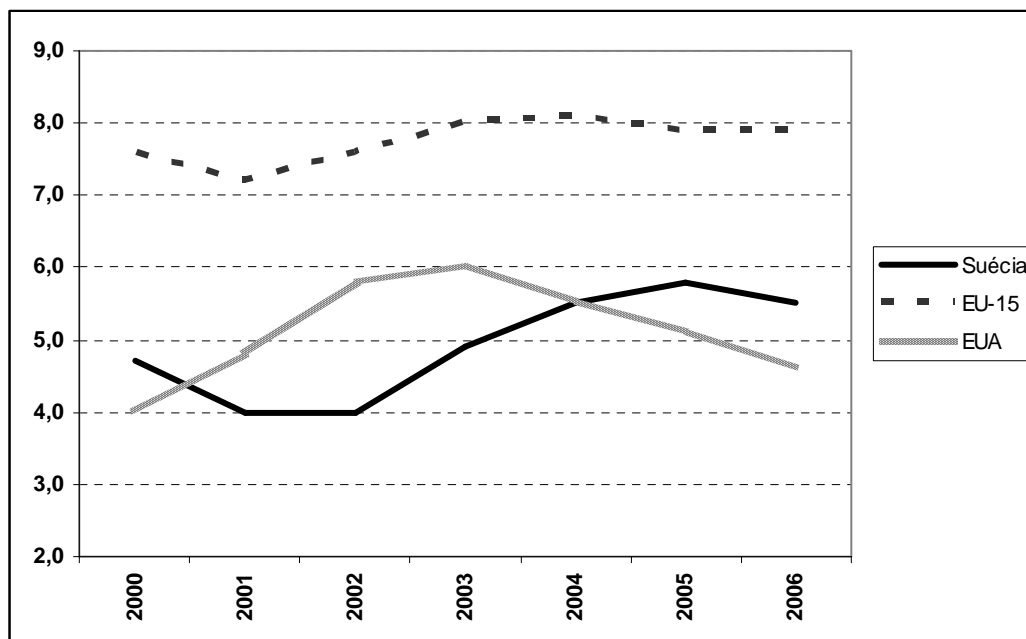


Figura 3 – Desemprego na Suécia, EU-15 e EUA, 2000 – 2006.

Fonte: STATISTICS SWEDEN, 2008.

As baixas taxas de desemprego registradas pela Suécia, mesmo após a forte crise da década de 1990 e das reformas econômicas realizadas, evidenciam um modelo econômico diferenciado, o qual conseguiu por um longo período de tempo atingir baixas taxas de desemprego e de inflação, simultaneamente. Devido a esta combinação, o modelo sueco pode ser apontado como uma alternativa para a política macroeconômica.

4. O modelo sueco como alternativa de política macroeconômica

Ao se analisar os modelos econômicos e a sua aplicação nas economias contemporâneas, observa-se a tendência de polarização do debate econômico em torno do modelo Anglo-Saxão, apresentando-o como a única alternativa viável a ser considerada.

⁶ EU-15 é o grupo de países que compunham a União Européia antes da expansão ocorrida em 1º de maio de 2004, sendo eles: Áustria, Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, Grécia, Holanda, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Portugal, Reino Unido e Suécia.

O modelo Anglo-Saxão clássico considera três atores nas interações econômicas: o Estado, o capital e o trabalho. O papel do Estado neste modelo econômico é manter um ambiente estável para que os mercados operem livremente sem qualquer interferência política ou social (CERNAT, 2001, p.07).

No contexto do modelo Anglo-Saxão as políticas econômicas são adotadas em consonância com o arcabouço teórico neoclássico, cabendo ao Estado utilizar a força da lei para a manutenção dos contratos privados, além de utilizar a política fiscal, monetária e cambial visando à estabilidade macroeconômica, elemento necessário para que os mercados operem de forma eficiente. Neste modelo, a ação do Estado também é baseada na premissa que as empresas e as pessoas atuam visando o interesse próprio e que o equilíbrio do mercado é obtido por meio das ações descentralizadas dos diversos atores da economia (CERNAT, 2001, p.07 – 08). O modelo Anglo-Saxão é adotado de forma mais intensa pelos países de origem de língua inglesa, destacando os EUA, o Reino Unido e a Austrália. Durante a década de 1990 este modelo econômico passou a exercer forte influência sobre os países da América Latina e até mesmo sobre a maioria dos países do EU-15, os quais normalmente adotam modelos em que o Estado desenvolve um papel importante nas atividades sócio-econômicas.

Um dos principais argumentos utilizados para a adoção do modelo Anglo-Saxão é que o livre funcionamento do mercado permitiria atingir um nível de bem-estar econômico e social mais elevado, dado que o Estado teria reduzida capacidade para atuar de forma eficiente na economia. Numa análise estrita do modelo Anglo-Saxão, pode-se dizer que o Estado tenderia a causar distúrbios no funcionamento da economia, pois ao não possuir um compromisso diretamente com a lucratividade não haveria o interesse imediato em alocar os recursos do modo mais eficiente possível. Adicionalmente deve-se considerar que o arcabouço conceitual deste modelo assume que o Estado por sua natureza atrapalharia a eficiência da economia ao colocar questões políticas em primeiro plano, o que provocaria sinais econômicos equivocados.

Entretanto, a adoção do modelo sueco pode ser visto como uma alternativa ao modelo econômico Anglo-Saxão, uma vez que apesar da interferência do Estado, o país atingiu um elevado nível sócio-econômico. Os autores do modelo sueco (modelo R-M) construíram um modelo pragmático e que considerou os aspectos específicos do país. Isto pode ser em parte atribuído ao perfil dos autores, os quais estavam envolvidos na busca de alternativas e soluções aos problemas econômicos enfrentados pelo país entre o final da década de 1940 e meados da década de 1950. Rehn e Meidner possuíam ligação com o movimento sindical e com as instituições do Estado sueco, algo que os

influenciou na busca por alternativas que pudessem ser aplicadas rapidamente e que não se restringissem apenas a argumentação acadêmica.

Isto evidencia que não existe um único modelo econômico que possa ser aplicado em qualquer país, ou seja, se faz necessário na concepção de um modelo econômico considerar as especificidades do país e o seu contexto histórico. Desse modo, o modelo sueco pode ser visto como uma alternativa para a política macroeconômica, dado que é um modelo que busca atingir o pleno emprego com estabilidade de preços, com o Estado desempenhando um papel fundamental para o funcionamento da economia no sentido de criar um ambiente social estável e favorável para os negócios. Esse ambiente social estável, atingido por meio de um *welfare state* universal, se torna no longo prazo um elemento importante para o crescimento econômico.

5. Considerações finais

O modelo sueco foi concebido pelos economistas Gösta Rehn e Rudolf Meidner, caracterizando-se pela utilização de políticas de mercado de trabalho e políticas fiscais que visavam o pleno emprego com estabilidade de preços. O auge do modelo foi o período 1950 – 1970, no qual o país cresceu de forma robusta, com elevada produtividade e com inflação moderada. Entretanto, em meados da década de 1970 houve uma queda da produtividade e uma expressiva elevação da inflação, o que veio a trazer desajustes macroeconômicos. Na década de 1980 a inflação se manteve elevada e o crescimento econômico apresentou um ritmo ainda inferior ao registrado na década de 1970, contudo o pleno emprego ainda permaneceu presente no país ao se considerar os baixos índices de desemprego. Porém, no início da década de 1990 o país sofreu uma forte recessão, o que elevou drasticamente os índices de desemprego.

Visando a recuperação da economia, realizou-se uma série de reformas econômicas, entre elas a adoção da política de metas de inflação, privatizações dos serviços de telefonia e energia elétrica, e um novo enfoque nas políticas de *welfare state* com a introdução do sistema de *vouchers*.

Apesar das reformas econômicas promovidas na década de 1990, a essência do modelo sueco permaneceu presente, com destaque para a atuação do Estado no mercado de trabalho, tanto na geração de empregos como em políticas de qualificação da mão-de-obra. Uma evidência da manutenção da essência do modelo sueco são as baixas taxas de desemprego que ainda permanecem presentes no país, as quais são inferiores as registradas pelo EU-15 e pelos EUA no período 2000-2006.

Considerando que o debate econômico contemporâneo está polarizado em torno do modelo econômico Anglo-Saxão, observa-se o modelo sueco como uma alternativa para a gestão da política macroeconômica. Ressalta-se que este modelo apresenta-se como uma alternativa bem sucedida, dado que apesar da crise do início da década de 1990, o país conseguiu atingir uma combinação de baixas taxas de inflação e desemprego, com a economia crescendo a taxas consistentes para um país desenvolvido.

Assim, o presente trabalho teve como propósito apresentar o modelo sueco, destacando as suas principais características, e introduzi-lo como uma alternativa a ser considerada na gestão da política macroeconômica. Ressalta-se que ultrapassa o escopo deste trabalho realizar uma comparação entre o modelo sueco e as demais alternativas disponíveis, porém observa-se que a singularidade do modelo econômico adotado pela Suécia contraria, de certo modo, as recomendações do receituário econômico tradicional.

Referências Bibliográficas

BLOMQVIST, Paula. The choice revolution: Privatization of Swedish Welfare services in the 1990s. **Social Policy & Administration**, Oxford, Vol. 38, No. 2, p. 139-155, Apr-2004.

CERNAT, Lucian. Institutions and Economic Growth: What Model of Capitalism for Central and Eastern Europe? In: Conference on Institutions in Transition, July 13-14, 2001. Otočec: Institute of Macroeconomic Analysis and Development (IMAD), 2001. Disponível em: <<http://www.umar.gov.br/conference/2001/index.html>>. Acesso em 08.jan.2008

CERRA, Valerie; SAXENA, Sweta Chaman. **Eurosclerosis of Financial Collapse: Why Did Swedish Incomes Fall Behind?** Washington: IMF, 2005. 25p. (Working Paper 05/29)

CONFEDERATION OF SWEDISH ENTERPRISE. **Facts about Sweden's economy 2005**. Elanders: Östervåla, 2006. 92p.

EKLUND, KLAS. Gösta Rehn and the Swedish Model: Did we follow the Rehn-Meidner Model too little rather than too much? In : MILNER, Henry; WADENSJÖ, Eskil (orgs.). **Gösta Rehn, the Swedish Model and Labour Market Policies**. Hampshire: Ashgate, 2001. cap. 3, p.53-72.

ERIXON, Lennart. **The 'Third Way' Revisited: A Revaluation of the Swedish Model in Light of Modern Economics**. Uppsala: Uppsala Universitet, 2000. 101p. (FIEF Working Paper n. ° 159)

HEIKENSTEN, Lars; VREDIN, Anders. **The art of targeting inflation**. Sveriges Riksbank Quartely Review 2002:4. Stockholm: Sveriges Riksbank, 2002. 34p. Disponível em:

<www.riksbank.com/upload/dokument_riksbank/kat_publicerat/artiklar_pv/pv02_4_artikel1.pdf >
Acesso em 07 set. 2006.

HJALMARSSON, Lennart. El modelo Escandinavo de política industrial. In: BLOMSTRÖM, Magnus; MELLER, Patrício (orgs). **Trayectorias Divergentes: Comparacion de Un Siglo de Desarrollo Económico Latino Americano y Escandinavo**. Santiago de Chile: Ediciones Pedagógicas Chilenas, 1990. cap. 10, p.263-283.

HÖGFELDT, Peter. **The History and Politics of Corporate Ownership in Sweden**. Cambridge: NBER, 2004. 62p. (Working Paper n.º 10641).

LINDBECK, Assar. The Swedish Experiment. **Journal of Economic Literature**, Vol. 35, No. 3, p. 1273-1319, Sep.,1997.

LUNDBERG, Erik. The Rise and Fall of the Swedish Model. **Journal of Economic Literature**, Vol. 23, No. 1, p.1-36, Mar.,1985.

MEIDNER, Rudolf et al. **Trade Unions and Full Employment**. Report to LO Congress 1951. Stockholm: The Swedish Confederation of Trade Unions (LO), 1953. 109p.

ÖBERG, Svante. **Sweden – a low inflation economy**. In: SPEECH – STOCKHOLM UNIVERSITY, 21.03.2006. Stockholm: Sveriges Riksbank, 2006. 09p. Disponível em: < <http://www.riksbank.se/pagefolders/25290/060321e.pdf> >. Acesso em: 25.jan.2007.

SÖDERSTEN, Bo. Cien Años de Desarrollo Económico Sueco (1870-1970). In: BLOMSTRÖM, Magnus; MELLER, Patrício (orgs). **Trayectorias Divergentes: Comparacion de Un Siglo de Desarrollo Económico Latino Americano y Escandinavo**. Santiago de Chile: Ediciones Pedagógicas Chilenas, 1990. cap. 02, p.29-52.

STATISTICS SWEDEN. **Statistical Database**. Stockholm, 2008. Disponível em: <<http://www.scb.se>>. Acesso em 15.jan.2008.

SVANLUND, Jonatan. **The Swedish income distribution during 20th century**. In: Svenska ekonomisk-historiska Motet, October 17 – 19, 2003. Lund: Lund University,2003. 19p.

WHYMAN, Philip. **Sweden and the ‘Third Way’**: A macroeconomic evaluation. Hampshire: Ashgate, 2003. 247p.